

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira
Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Editores Chefe

Profa. Ma. Monique de Souza Arruda
Prof. Me. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Prof. Esp. Clodoaldo Matias da Silva
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medieros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final

**EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA**

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillippe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Sheila Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Edinaldo inocencio Ferreira Junior
Alcemir Filomeno Pinto
Maíza Thayná Pereira Ribeiro

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico**

**DIREITO AMBIENTAL E ATUAÇÃO POLICIAL NA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

*ENVIROMENTAL LAW AND POLICE ACTION OS THE AMAZON: CHALLENGES AND
POSSIBILITIES*

Victor Freire de Oliveira¹

Denison Melo de Aguiar²

Neuton Alves de Lima³

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia representa não apenas um dos maiores biomas do mundo, mas também um território estratégico para o equilíbrio climático e a diversidade cultural do planeta. No entanto, atividades ilegais como o desmatamento, o garimpo, a pesca predatória e o tráfico de fauna colocam em risco sua integridade aponta, tendo em vista a dificuldade das forças de segurança de efetuar cobertura de patrulhamento e observação de todo o território devido sua vastidão e por ser uma região extremamente remota como aponta (MACHADO, 2022, p. 103).

A floresta amazônica enfrenta um processo contínuo de devastação, impulsionado por práticas ilegais que comprometem a biodiversidade, os recursos hídricos e os modos de vida das populações tradicionais. A omissão do poder público em diversas áreas favorece a atuação de grupos criminosos organizados.

Nesse contexto, o papel das forças policiais torna-se fundamental para assegurar o cumprimento das normas ambientais estabelecidas na Constituição Federal de 1988 e em legislações específicas como a Lei nº 9.605/1998.

Autores como Machado (2022) e Milaré (2021) defendem que o aparato estatal deve garantir não apenas a repressão às infrações, mas também promover ações preventivas e educativas.

¹ Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Especialista em Gestão Pública – e-mail: victorfreire05@hotmail.com: <http://lattes.cnpq.br/4107628798156992>.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: denisonaguiarx@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>.

³ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: nalima@uea.edu.br: <http://lattes.cnpq.br/5190251318187601>.

⁴ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: fpascarellilopes@icloud.com: <http://lattes.cnpq.br/4123702310408290>.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se pela relevância crescente do tema da proteção ambiental da Amazônia e pela necessidade de compreender o papel das forças policiais na efetivação das políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais.

A região amazônica, reconhecida mundialmente por sua importância ecológica, cultural e estratégica, enfrenta graves desafios decorrentes do desmatamento ilegal, da mineração predatória, da pesca irregular e de outras atividades ilícitas que comprometem sua integridade ambiental e social. Desta forma, a atuação das forças de segurança pública assume papel fundamental na concretização do dever constitucional previsto no artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao Estado e à coletividade a obrigação de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, a atuação das forças de segurança pública assume papel fundamental na concretização do dever constitucional previsto no artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao Estado e à coletividade a obrigação de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. A efetividade dessa missão, contudo, depende da articulação entre órgãos ambientais, instituições policiais e comunidades locais, de modo a assegurar que a fiscalização ambiental seja exercida com eficiência, legalidade e respeito aos direitos humanos. A análise da atuação policial na proteção ambiental da Amazônia revela-se, portanto,

essencial para compreender os limites, desafios e possibilidades de uma política pública sustentável. A relevância do estudo também se apoia em recentes avanços normativos, como a Lei nº 14.751/2023, que fortalece o papel das Polícias Militares na fiscalização ambiental, e o Projeto de Lei nº 2326/2022, que propõe o porte de armas para agentes do IBAMA e do ICMBio, evidenciando a necessidade de segurança jurídica e física para os profissionais que atuam na linha de frente da proteção ambiental.

Ademais, a justificativa do presente artigo está amparada na urgência de se discutir soluções interinstitucionais que integrem tecnologia, educação ambiental e participação comunitária como instrumentos eficazes no combate aos crimes ambientais. A adoção de estratégias de monitoramento por meio de drones, imagens de satélite e sistemas de georreferenciamento tem demonstrado resultados expressivos, sobretudo quando associadas ao diálogo com as populações ribeirinhas e tradicionais.

Neste sentido, o estudo busca contribuir para o fortalecimento das políticas ambientais e da atuação policial como agente de proteção, mediação e cuidado, reafirmando o

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

compromisso ético e constitucional do Estado brasileiro com a sustentabilidade, a soberania e a defesa da vida em todas as suas formas.

3. OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação das forças policiais na proteção ambiental da Amazônia, buscando compreender de que forma sua integração com os órgãos ambientais e demais instituições públicas pode contribuir para a efetividade das políticas de preservação e fiscalização ambiental. Pretende-se avaliar os principais desafios enfrentados na aplicação das normas de proteção ambiental, os avanços obtidos com a utilização de novas tecnologias e a importância da cooperação interinstitucional na prevenção e combate aos crimes ambientais.

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel das forças policiais na proteção ambiental da Amazônia, destacando os desafios e as possibilidades de sua atuação frente aos crimes ambientais, à luz da legislação vigente e das políticas públicas de sustentabilidade, a fim de compreender como a integração entre instituições pode fortalecer a preservação ambiental e a soberania nacional.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Examinar o arcabouço jurídico que fundamenta a atuação das forças de segurança na defesa do meio ambiente, com ênfase na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e na Lei nº 14.751/2023. Identificar as principais ameaças ambientais que comprometem o equilíbrio ecológico da Amazônia, como o desmatamento ilegal, o garimpo, a grilagem de terras e a pesca predatória.

Analisar casos concretos de operações integradas entre órgãos ambientais e forças policiais, especialmente no Parque Nacional de Anavilhanas, avaliando seus resultados e limitações. Investigar o uso de tecnologias de monitoramento, como drones e sistemas de georreferenciamento, na prevenção e repressão aos crimes ambientais. Discutir a importância da educação ambiental e da participação das comunidades locais como instrumentos de prevenção e fortalecimento das ações de fiscalização.

Propor estratégias que ampliem a cooperação interinstitucional e promovam valorização profissional das forças policiais na defesa ambiental amazônica.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

A Amazônia, maior bioma tropical do planeta, enfrenta uma série de ameaças ambientais que comprometem seu equilíbrio ecológico e sua função essencial para o clima global. Diante desse cenário, observa-se que, apesar da existência de um amplo aparato normativo e de políticas públicas voltadas à preservação ambiental, os índices de desmatamento e de atividades ilícitas continuam em crescimento.

Nesse contexto, surge o questionamento central que orienta esta pesquisa. De que maneira a atuação das forças policiais pode contribuir efetivamente para a proteção ambiental da Amazônia, considerando os desafios estruturais, jurídicos e operacionais que envolvem a fiscalização e o combate aos crimes ambientais. Parte-se da hipótese de que a atuação policial na proteção da Amazônia torna-se mais eficaz quando pautada na integração entre instituições ambientais, forças de segurança e comunidades locais, com base em ações preventivas, uso de tecnologias de monitoramento e políticas públicas sustentáveis. A pesquisa pressupõe que o fortalecimento do aparato jurídico e o investimento em capacitação técnica e tecnológica das forças policiais permitem maior eficiência no enfrentamento dos delitos ambientais, contribuindo não apenas para a redução dos crimes, mas também para a consolidação de **uma** cultura de preservação e respeito ao meio ambiente.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como foco a análise teórica e documental sobre a atuação policial na proteção ambiental da Amazônia. O estudo busca compreender a relação entre o Direito Ambiental, as políticas públicas de fiscalização e o papel das forças de segurança pública no combate aos crimes ambientais que ameaçam o bioma amazônico. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, utilizando como principais fontes a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), a Lei nº 14.751/2023, relatórios oficiais de órgãos ambientais e de segurança pública, além de artigos científicos, dissertações e legislações correlatas. Foram analisados também documentos e decisões judiciais que tratam da aplicação das normas ambientais e do papel das Polícias Militares na defesa do meio ambiente.

Para a construção do referencial teórico, foram utilizados autores que abordam a intersecção entre direito, meio ambiente e segurança pública, além de estudos recentes sobre a fiscalização ambiental na Amazônia. Essa etapa teve por finalidade compreender as bases

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

conceituais e normativas que fundamentam a atuação policial, identificando avanços, limitações e desafios na implementação de políticas de proteção ambiental.

A metodologia empregada também envolveu a análise de casos e operações integradas realizadas em áreas estratégicas da Amazônia, com destaque para o Parque Nacional de Anavilhanas, no estado do Amazonas, onde se observou a cooperação entre forças policiais, órgãos ambientais e comunidades ribeirinhas. Essa análise permitiu identificar práticas eficazes e lacunas operacionais que afetam a efetividade das ações de fiscalização.

Por fim, adotou-se uma perspectiva analítico-descritiva, com o objetivo de sistematizar os dados coletados e discutir suas implicações à luz dos princípios constitucionais e ambientais. O estudo, portanto, visa não apenas compreender o papel das forças policiais na proteção da Amazônia, mas também propor caminhos para o aperfeiçoamento da atuação interinstitucional, do uso de tecnologias de monitoramento e da educação ambiental como instrumentos de fortalecimento da sustentabilidade e da cidadania ambiental.

5.1. TIPO DE PESQUISA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, inserida no modelo de pesquisa bibliográfica e documental. A escolha dessa tipologia deve-se ao objetivo de compreender e interpretar fenômenos sociais e jurídicos complexos, neste caso, a atuação das forças policiais na proteção ambiental da Amazônia Sem recorrer à quantificação estatística, mas buscando analisar a realidade por meio de fontes teóricas, normativas e empíricas.

A pesquisa qualitativa permite a análise aprofundada das percepções, significados e contextos que envolvem o tema estudado, possibilitando uma reflexão crítica sobre a eficácia das políticas públicas e da legislação ambiental. Já a abordagem exploratória é adequada por buscar ampliar o conhecimento acerca de um tema ainda pouco investigado sob a ótica da segurança pública, identificando relações, desafios e possibilidades de integração institucional. Por sua vez, o caráter descritivo da pesquisa manifesta-se na sistematização das informações obtidas em documentos oficiais, relatórios, legislações e estudos acadêmicos, com o intuito de apresentar um panorama real da atuação policial ambiental na Amazônia.

O modelo adotado é o da pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de obras doutrinárias, artigos científicos, relatórios técnicos, leis, decretos e decisões judiciais, permitindo correlacionar teoria e prática. Esse modelo metodológico é amplamente utilizado nas ciências jurídicas e sociais aplicadas, por favorecer a

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

compreensão crítica e interdisciplinar dos fenômenos sociais e institucionais.

Dessa forma, o estudo enquadra-se em um modelo qualitativo, exploratório e descritivo de base bibliográfica e documental, adequado à investigação de fenômenos que envolvem aspectos jurídicos e sociais como é o caso da atuação policial.

6. RESULTADOS

Os dados analisados demonstram que operações coordenadas entre órgãos de fiscalização e forças policiais resultam em maior eficácia na repressão de crimes ambientais. A utilização de tecnologias de monitoramento, como drones, sistemas de georreferenciamento e imagens de satélite, facilita a detecção de atividades ilegais em áreas de difícil acesso. A operação no Parque Nacional de Anavilhanas evidenciou a importância da cooperação entre instituições e da participação das comunidades ribeirinhas no fornecimento de informações (PRODANOV;FREITAS, 2013, p. 102)

A atuação comunitária tem se mostrado essencial na proteção ambiental, especialmente em áreas remotas da Amazônia. As populações locais desempenham papel estratégico na identificação de crimes, fornecendo dados que potencializam a eficácia das operações.

A nova Lei nº 14.751/2023 fortalece o papel das Polícias Militares na fiscalização ambiental, ao mesmo tempo que o PL nº 2326/2022 propõe o porte de armas para servidores do IBAMA e ICMBio, ampliando a segurança desses profissionais no exercício de suas funções. Ademais, infere-se que a análise dos dados coletados e das operações realizadas pelas forças de segurança ambiental na região amazônica revela uma realidade complexa, porém marcada por avanços significativos.

Destaca-se, em primeiro lugar, a eficácia das ações conjuntas entre diferentes instituições, como IBAMA, ICMBio, Polícias Militares e Cíveis, Força Nacional e Ministério Público. Essas ações, quando coordenadas, aumentam consideravelmente a capacidade de resposta do Estado frente às ameaças ambientais. Um exemplo concreto foi a operação no Parque Nacional de Anavilhanas, que resultou na apreensão de balsas ilegais, maquinário de extração, armamentos e na interrupção de ciclos de exploração em áreas críticas aponta (MILARÉ, 2021, p.145)

As operações integradas realizadas em unidades de conservação demonstram resultados relevantes no combate aos crimes ambientais. A apreensão de equipamentos ilegais e o desmantelamento de estruturas de exploração indicam o impacto direto dessas ações na contenção da degradação ambiental.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

O uso de tecnologias, como imagens de satélite, drones, software de georreferenciamento e inteligência artificial para mapeamento de áreas desmatadas, tem ampliado o alcance e a precisão das fiscalizações. Os depoimentos de agentes envolvidos nessas operações indicam que a capacitação técnica, o intercâmbio de informações entre os entes federativos e o suporte jurídico são fatores determinantes para o êxito das missões.

Outro resultado importante diz respeito à aceitação das ações pelas populações tradicionais, que passaram a colaborar com denúncias, relatos e apoio logístico. Observou-se ainda que, após as intervenções, houve redução temporária nas atividades ilegais nas áreas monitoradas, embora a reincidência continue sendo um desafio constante. Com a aprovação da Lei nº 14.751/2023, que reconhece a atuação das Polícias Militares no Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), abriu-se espaço legal para uma atuação mais estruturada e eficaz.

O PL nº 2326/2022, que busca conceder porte de arma a servidores do IBAMA, ICMBio e Funai, aponta para a necessidade urgente de ampliar a segurança dos agentes ambientais, sobretudo em regiões remotas como o Vale do Javari, palco de episódios violentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade dos desafios ambientais amazônicos, a pesquisa conclui que a atuação policial é indispensável e deve ser articulada com políticas públicas interinstitucionais. A repressão qualificada, o investimento em tecnologia e o fortalecimento da legislação ambiental são pilares para conter a degradação ambiental. Além disso, a valorização da educação ambiental e o diálogo com as populações locais são estratégias eficazes para promover a conservação do bioma. A integração entre forças de segurança e órgãos ambientais deve ser ampliada, garantindo proteção ambiental com respeito aos direitos humanos e às comunidades tradicionais. A partir das análises desenvolvidas neste trabalho, conclui-se que a atuação das forças policiais na proteção ambiental da Amazônia não deve ser compreendida apenas como repressiva, mas como parte de uma política pública mais ampla voltada à sustentabilidade, à justiça social e à defesa da soberania nacional.

A repressão qualificada, orientada por mecanismos de inteligência e sustentada pelo uso estratégico da tecnologia, tem se mostrado essencial para enfrentar a crescente complexidade dos crimes ambientais no Brasil. Essas ações repressivas, no entanto, não devem ser vistas como únicas ou isoladas. Para que sejam verdadeiramente eficazes e duradouras, é imprescindível que estejam integradas a um conjunto mais amplo de medidas que envolvem educação ambiental, fortalecimento das instituições e valorização dos profissionais que atuam

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

diretamente na linha de frente da fiscalização e proteção dos recursos naturais. A experiência tem demonstrado que, onde há presença efetiva do Estado aliada ao engajamento das comunidades locais, os resultados na preservação ambiental são muito mais consistentes e sustentáveis. A cooperação entre diferentes setores do governo, sociedade civil, órgãos ambientais e forças de segurança é um fator decisivo na construção de soluções mais abrangentes e sensíveis às realidades territoriais.

Nesse sentido, as operações bem-sucedidas, especialmente aquelas que envolvem planejamento conjunto e ações coordenadas entre diferentes níveis da administração pública, evidenciam o potencial transformador da atuação integrada. A participação ativa das comunidades, por sua vez, fortalece os vínculos sociais e amplia a legitimidade das ações estatais, criando um ambiente mais propício à conservação dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável. No entanto, para que essa lógica colaborativa se consolide, é necessário investir continuamente na infraestrutura dos órgãos ambientais, na formação técnica dos seus quadros e na modernização de seus instrumentos operacionais. Esses investimentos não devem ser pontuais ou reativos, mas sim planejados de forma estratégica, com vistas ao longo prazo e à consolidação de políticas públicas consistentes.

A legislação ambiental brasileira, embora já contemple um arcabouço normativo robusto, ainda enfrenta obstáculos consideráveis no que diz respeito à sua efetiva implementação, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, onde o poder público tem presença limitada. Nessas regiões, a atuação policial ambiental adquire um significado ainda mais relevante, pois representa não apenas o cumprimento da lei, mas a presença concreta do Estado, o reconhecimento dos direitos das populações locais e a defesa da vida em todas as suas dimensões sejam elas humana, animal e vegetal. A polícia, nesse cenário, não é apenas um braço repressivo, mas um agente de mediação, proteção e cuidado.

Diante disso, espera-se que os conhecimentos sistematizados neste estudo possam contribuir com o aprimoramento das estratégias de preservação ambiental, oferecendo subsídios para políticas mais eficazes e sensíveis à realidade brasileira. Além disso, almeja-se que este trabalho inspire a formação de profissionais comprometidos com um novo paradigma de segurança pública diante de um modelo que compreenda o meio ambiente como um bem coletivo, inalienável, e que reconheça na sua proteção um compromisso ético com as gerações futuras e com a dignidade na vida das populações locais no presente.

REFERÊNCIAS

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Brasília, DF: Planalto, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.751, de 13 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Brasília, DF: Planalto, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114751.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2022. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2020;001174773>.

Acesso em: 15 abr. 2025.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2021;001202756>.

Acesso em: 15 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2326/2022**. Dispõe sobre o porte de arma para servidores da FUNAI, IBAMA e ICMBio. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/porte-de-arma-paraservidores-da-funai-ibama-e-icmbio-avanca-no-congresso>. Acesso em: 1 maio 2025.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Direito ambiental; Atuação policial; Sustentabilidade; Fiscalização ambiental.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

KEY WORDS: Amazon; Environmental law; Police action; Sustainability; Environmental monitoring.